

NÚCLEO ESPECIALIZADO

Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher

Boletim eletrônico



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DE SÃO PAULO

Apresentação

Assuntos em
destaque

Colunas em destaque

- [11 Anos Lei Maria da Penha](#)
- [Direito & Sociedade](#)
- [Jurisprudência](#)
- [Legislativo em Foco](#)
- [Políticas Públicas](#)
- [Panorama Internacional](#)
- [Panorama Nacional](#)
- [Mulheres em Movimento](#)
- [Opinião](#)
- [Agenda Cultural](#)

Apresentação

A **67ª Edição** do Boletim Informativo do NUDEM apresenta um balanço geral sobre as ações desenvolvidas e apoiadas pelo NUDEM. Também, por meio do Boletim, pretendemos divulgar as ações e eventos realizados pelo NUDEM. Ressaltamos que o espaço do Boletim é aberto a todas (os) que queiram colaborar.

Editorial

Está ocorrendo, em diversas cidades do Estado de São Paulo, o VI Ciclo de Conferências da Defensoria Pública. As Conferências iniciaram-se no dia 28 de julho de 2017 e encerrar-se-ão nos dias 10 e 11 de novembro, quando ocorrerá a Conferência Estadual na Cidade de São Paulo.

As Conferências, nos termos do artigo 6º, inciso III e § 3º da LC 988/2006, constituem importante meio de participação popular na definição das diretrizes de atuação da Defensoria Pública. Dentre os diversos grupos temáticos instituídos em cada Conferência, destaca-se o tema “Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher”.

Membros do Núcleo de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher estão presentes em todas as Pré-Conferências e também na Conferência Estadual para fomentar o debate acerca das questões atinentes ao gênero, as quais merecem toda a atenção, considerando-se as inúmeras violações aos direitos das mulheres. Questões

como violência doméstica, violência obstétrica, emancipação da mulher, igualdade de gênero sob os mais variados aspectos, em especial, nas relações de emprego serão debatidas nos encontros.

Saliente-se a necessidade de comparecimento do maior número possível de pessoas interessadas nas questões de gênero, de modo a dar destaque para tais questões e, em especial, de modo a ampliar a atuação da Defensoria Pública em prol da defesa dos direitos das mulheres, ainda tímida em nosso Estado. Vamos à luta!

Carolina de Melo Teubl Gagliato

Defensora Pública do Estado

[Voltar ao menu](#)

Assuntos em destaque

11 Anos Lei Maria da Penha

Veja a jurisprudência do STJ após 11 anos da Lei Maria da Penha

A Lei Maria da Penha (Lei 11.340), sancionada no dia 7 de agosto de 2006, completa 11 anos de vigência. Ferramenta essencial para o enfrentamento da violência de gênero, a norma tem sido aplicada de forma progressiva nos julgamentos do Superior Tribunal de Justiça. Apesar de os índices de violência ainda serem alarmantes, é possível perceber que as mulheres estão, cada dia mais, abrindo a porta de suas casas para a entrada da Justiça.

De acordo com levantamento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), divulgado em março de 2015, a Lei Maria da Penha fez diminuir em cerca de 10% a taxa de homicídios contra as mulheres dentro das residências. A norma disciplinou diversas questões, como medidas de prevenção, medidas protetivas de urgência, assistência judiciária e até mesmo atendimento multidisciplinar. Ao STJ, cabe a missão constitucional de uniformizar nacionalmente a aplicação dos direitos ali estabelecidos.

Outras vítimas

O alvo da Lei Maria da Penha não se limita à violência praticada por maridos contra mulheres ou companheiros contra companheiras. Decisões do STJ já admitiram a aplicação da lei entre namorados, mãe e filha, padrasto e enteada, irmãos e casais homo afetivos femininos. As pessoas envolvidas não têm de morar sob o mesmo teto. A vítima, contudo, precisa, necessariamente, ser mulher.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

Nos 11 anos da Lei Maria Penha, São Paulo vê o desmonte de serviços voltados às mulheres

Ao menos cinco Centros de Defesa e Convivência da Mulher podem encerrar suas atividades na cidade de São Paulo nos próximos meses, segundo informações dos próprios serviços

As mulheres da cidade de São Paulo, sobretudo as periféricas, terão pouco a comemorar no ano em que se celebra o décimo primeiro aniversário da Lei 11.340/06, conhecida como “Lei Maria da Penha”. Isso porque diversos serviços existentes de defesa, acolhimento e orientação da mulher vítima de violência podem ser fechados na atual gestão do prefeito João Doria Jr. (PSDB).

Desde que iniciou seu governo, técnicos que atuam nesses espaços denunciam o estrangulamento dos serviços e a instabilidade provocada pela mudança nos contratos com as conveniadas. No dia 1º, a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS) publicou uma portaria no “Diário Oficial” da Cidade alterando a duração de 97 convênios, de 24 a 30 meses, para apenas um mês. As entidades afetadas mantêm serviços para crianças em situação de vulnerabilidade, moradores de rua e idosos e mulheres vítimas de violência.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

A cada 2 segundos, uma mulher é violentada: Instituto Maria da Penha lança 'Relógios da Violência'

Há 11 anos foi aprovada a Lei Maria da Penha no Brasil.

Há 11 anos, a Lei Maria da Penha foi aprovada no Brasil. Em homenagem à lei que tem como objetivo combater a violência doméstica, o Instituto Maria da Penha os Relógios da Violência.

O projeto é tem como base a pesquisa Datafolha encomendada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública e que foi realizada em fevereiro de 2017. Os dados são alarmantes: a cada 2 segundos, uma mulher é vítima de violência verbal ou física.

O site Relógios da Violência possui gráficos interativos sobre os tipos de violência e os ciclos que uma mulher em situação de abuso pode sofrer. A ideia é chamar atenção para o tema e desnaturalizar os ataques sofridos por elas.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

“Agressão que sofri ainda dói muito”, diz Maria da Penha, 11 anos após lei

A voz suave e os gestos delicados da farmacêutica cearense Maria da Penha Fernandes, 71 anos, contrastam com os momentos brutais de sua vida. Em 1983, o ex-marido, o professor Marco Antônio Heredia Viveros, tentou matá-la duas vezes. Na primeira, deu um tiro à queima-roupa em suas costas, a deixando paraplégica. Na segunda, tentou eletrocutá-la. A história trágica virou símbolo da luta contra a violência que atinge milhares de mulheres ainda hoje, diariamente.

Diante do trauma que a toca profundamente, Maria da Penha comemora a criação da lei 11.340, batizada com seu nome. Há 11 anos, ela pune aqueles que cometem violência doméstica. “Foi uma surpresa grande ver a minha luta pessoal beneficiar tantas mulheres que, assim como eu, foram agredidas”, conta. “O meu sofrimento, de

certa maneira, deixa de existir quando as vejo tendo a coragem de denunciar. Se minha luta não tivesse tomado o rumo que tomou, talvez eu não fosse uma pessoa feliz hoje.”

Em 2009, para fortalecer a causa, ela criou ainda o Instituto Maria da Penha. No Brasil, há 13 casos de feminicídio por dia, segundo dados do Mapa da Violência (2015). O número nos coloca na quinta posição do ranking de países que mais matam mulheres no mundo. Por meio de ações educativas, que se dão principalmente em Fortaleza e no Recife, a organização tem como objetivo mudar essa realidade.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

O uso da Lei Maria da Penha como instrumento de vingança é um mito

A lei não é a única a prever medidas de urgência para proteger a vítima e não impede que os homens sejam ouvidos.

Em dúvida você já ouviu alguém dizer que “as mulheres usam a Lei Maria da Penha para se vingar dos homens”, ou que “a Lei Maria da Penha protege as mulheres mentirosas que querem prejudicar os homens”. As afirmações costumam a ser seguidas por aquela história do amigo de um amigo que sofreu horrores nas mãos de uma mulher inescrupulosa que inventou histórias sobre ele na Justiça.

Isso é comum, e exige muita ponderação do ouvinte, atributo que praticamente não existe quando o assunto é violência doméstica e familiar. O sentimento de raiva e indignação, permeados por experiências de relacionamentos anteriores influenciam a pessoa que se depara com o mito do uso da Lei Maria da Penha como instrumento de vingança das mulheres. **No final, sabemos que um mito repetido diversas vezes acaba se tornando a verdade dos desavisados.**

O mau uso da Lei Maria da Penha tem sido o argumento de homens – e de mulheres, por incrível que pareça – para atacar uma legislação específica de proteção às vítimas de violência doméstica e familiar. Alegam que mulheres que não foram vítimas de quaisquer crimes, como ameaça, injúria, difamação ou lesão corporal, buscam as delegacias de atendimento à mulher com o objetivo de **se vingar ou coagir o homem a fazer algo que se recusa**.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

Perda de renda causada pela violência doméstica chega a quase R\$ 1 bi

Nas últimas semanas, o tema violência contra a mulher saiu da costumeira invisibilidade e ganhou destaque nos principais veículos de comunicação do país. Na semana passada, a Folha trouxe, por exemplo, dois levantamentos inéditos, um sobre estupro coletivo e outro sobre feminicídio.

Um novo olhar sobre as agressões contra as mulheres, agora com foco no mercado de trabalho, foi lançado por uma pesquisa da Universidade Federal do Ceará, realizada em 2016 em parceria com o Instituto Maria da Penha e com o Instituto de Estudos Avançados de Toulouse, na França. Foram entrevistadas 10 mil mulheres nas capitais do Nordeste. Dessas, 27% delas já sofreram algum tipo de violência doméstica emocional, física ou sexual.

Ao cruzar os dados da vida laboral dessas mulheres e compará-los com os de mulheres que não foram vítimas de violência, as conclusões são impactantes: mulheres vitimadas ficam 22% menos tempo no emprego do que as que não sofreram violência (em Salvador, o tempo é 48% menor), têm salários 10% menores (em Fortaleza, a diferença é de 34%) e chegam a faltar 18 dias por ano por incapacidade física ou psicológica ou para realizar tratamentos.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

STF julgará ação que pode liberar todas mulheres grávidas das cadeias do país; entenda

Do total de mulheres presas, 80% são mães e responsáveis principais, ou mesmo únicas, pelos cuidados de filhas e filhos

O Supremo Tribunal Federal (STF) recebeu nesta semana, por solicitação do ministro Ricardo Lewandowski, dados do Ministério da Justiça sobre a população carcerária feminina do Brasil. Os números servirão de balizador para julgamento pela corte de um pedido de habeas corpus que pretende libertar todas as mulheres grávidas, puérperas (que deram à luz em até 45 dias) ou mães de crianças com até 12 anos de idade sob sua responsabilidade que estejam presas provisoriamente, ou seja, encarceradas ainda sem condenação definitiva da Justiça. De todas as mulheres presas atualmente no país, 43% ainda não tiveram seus casos julgados em definitivo.

A admissão da ação, impetrada pelo Coletivo de Advogados em Direitos Humanos (CADHu), representa uma atitude rara na Corte, pois pretende beneficiar um coletivo de pessoas, não um só indivíduo. Pela extensão de possíveis efeitos, o ministro Lewandowski intimou a Defensoria Pública da União (DPU) para que manifestasse interesse em atuar no caso, o que já ocorreu. “A preocupação da Defensoria é com a proteção que deve ser garantida tanto à gestante quanto às mães que têm crianças pequenas que dependem dela. A prioridade dada nesses casos deve ser ao bem-estar das crianças, a fim de evitar que ela seja criada no ambiente do cárcere”, diz o defensor Gustavo Ribeiro, responsável por representar a DPU perante o STF.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

A dificuldade que a Justiça enfrenta para cobrar homens que agrediram mulheres

Levantamento exclusivo do HuffPost Brasil mostra que, em 5 anos, acordo para agressor de mulher ressarcir o INSS tem 14 ações inconclusas.

Em julho de 2012, o Instituto Maria da Penha e o Ministério da Previdência Social firmaram um convênio para combater a violência doméstica.

De acordo com o dispositivo, a Advocacia-Geral da União poderia ajuizar ações regressivas de violência contra a mulher e cobrar dos agressores. Os criminosos deveriam ressarcir os cofres públicos, já que o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) gasta com pensões concedidas às vítimas e familiares como consequência das violências.

"A medida tem um caráter ressarcitório, de cobrança, mas acima de tudo tem uma medida punitivo pedagógica para incentivar a redução desses casos de violência doméstica", explica o procurador federal Fernando Maciel, coordenador da ETR-Regressivas, em entrevista ao HuffPost Brasil.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

'Vitória da dignidade das mulheres'

Deputada Maria do Rosário (PT/RS), em nota, diz que condenação de Jair Bolsonaro por danos morais pelo Superior Tribunal de Justiça 'deixa claro, de forma inequívoca, que o Brasil não pode mais tolerar a violência contra as mulheres'

A deputada federal Maria do Rosário (PT-RS) afirmou que ao condenar o deputado Jair Bolsonaro por danos morais, o Superior Tribunal de Justiça 'deixa claro, de forma inequívoca, que o Brasil não pode mais tolerar a violência contra as mulheres'. A 3ª Turma negou recurso do parlamentar, que disse, em entrevista e publicamente, que não estupraria a petista 'porque ela é muito ruim, porque ela é feia'.

Bolsonaro afirmou publicamente, em discurso proferido na Câmara do Deputados, em vídeo postado em sua página pessoal no YouTube e em entrevista concedida ao jornal Zero Hora, que não estupraria Maria do Rosário pois ela não mereceria, “porque ela é muito ruim, porque ela é muito feia, não faz meu gênero, jamais a estupraria. Eu não sou estuprador, mas, se fosse, não iria estuprar, porque não merece”.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Gestante tem garantido o direito de estabelecer plano de parto ao ter o filho

A juíza Sabrina Menegatti Pitsíca, titular da 1ª Vara Cível da comarca de Itapema, concedeu parcialmente liminar a uma gestante para lhe garantir o direito de ter plano de parto seguido à risca por equipe médica. Em sua decisão, a juíza afirmou que o plano de parto é recomendado pela Organização Mundial da Saúde e, em princípio, seria desnecessária qualquer autorização judicial neste sentido, porém ainda se percebe a resistência de alguns médicos e maternidades em aceitá-lo.

O objetivo da autora que entrou com pedido de liminar é garantir um parto sem violência obstétrica. Em seu plano de parto, ela descreveu os procedimentos a que deseja ser submetida, de forma organizada e cronológica, com vedação de outros processos em relação a ela e ao bebê. Para isso, fundamentou-se em leis federais, estaduais, resoluções do Conselho Regional de Medicina e em estudos científicos. Caso não seja possível a aplicação do plano em algum momento, pleiteou que os pais sejam avisados e consultados acerca das alternativas possíveis, sendo obrigatório o consentimento.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Jurisprudência

STF legitima a intervenção da Defensoria Pública como guardião dos mais vulneráveis

A Defensoria Pública do Estado do Ceará, por meio da atuação de seu escritório em Brasília, teve acesso nesta semana à decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal, Ricardo Lewandowski, na qual ele admite a intervenção da instituição como guardião dos vulneráveis (custos vulnerabilis) em habeas corpus (143.641), impetrado por membros do Coletivo de Advogados em Direitos Humanos de São Paulo, em favor de mulheres na condição de gestantes, puérperas ou mães de crianças até 12 anos sob sua responsabilidade, submetidas à prisão cautelar no sistema penitenciário. Na prática, a Defensoria Pública do Ceará passa a atuar no processo como assistente de defesa, acompanhando e sendo ouvida sobre todos os documentos que constam nos autos, podendo anexar informações e argumentos. O pedido foi apresentado pelos defensores públicos do Ceará, Gina Kerly Pontes Moura e Jorge Bheron Rocha, do Núcleo de Atendimento ao Preso Provisório e Vítimas de Violência (Nuapp), assim como pela Defensoria Pública do Estado do Paraná.

Para o defensor público Jorge Bheron Rocha, a decisão do STF, por se tratar de órgão maior do Poder Judiciário, traz uma nova dimensão ao debate sobre a atuação da Defensoria Pública, uma vez que reconhece o seu papel como guardião dos vulneráveis, admitindo a sua intervenção em qualquer processo, independentemente de ter ou não advogado particular constituído. Segundo ele, essa seria uma atuação paralela a que o Ministério Público faz enquanto custos iuris, podendo intervir para resguardar o ordenamento jurídico. “Essa decisão confirma a essência do trabalho da Defensoria Pública: nós cuidamos das vulnerabilidades, representamos as pessoas em juízo e, às vezes, temos que cuidar dessas vulnerabilidades mesmo que as pessoas já estejam sendo representadas por advogados. Muitas vezes, aquele caso que parece ser individual transcende a individualidade, um exemplo bem paradigmático é o das mulheres presas, apesar do HC coletivo ser ajuizado por advogados privados, a Defensoria identifica que aquele assunto transcende o interesse daquela parte, interessando um grande número de assistidos da Defensoria Pública, como foi bem demonstrado nos documentos que anexamos ao processo”, explica Bheron Rocha.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Pai tem direito de visitação aos filhos restringido por conduta violenta

Justiça revisou a regulamentação de visitas visando o bem-estar das crianças.

Após um episódio de violência em frente aos seus dois filhos, a mãe quis modificar o regime de visitas do pai. Pedido que foi acolhido pela Justiça, que estabeleceu que o genitor deve manter contato com os filhos apenas por contato telefônico e mídias sociais.

Inconformado com a decisão, o apelante recorreu e a 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Acre (TJAC) manteve a sentença. A decisão foi publicada na [edição nº 5.940 do Diário da Justiça Eletrônico](#).

O desembargador Júnior Alberto, relator do processo, salientou o comportamento violento e reiterado do apelante. Segundo o Boletim de Ocorrência, o homem agrediu fisicamente a tia materna que cuidava das crianças.

Além disso, ele também possuía conduta agressiva em relação à genitora, a ensejar, inclusive, o deferimento de medidas protetivas em favor dessa pela Vara de Proteção à Mulher da Comarca de Rio Branco, tanto no ano de 2014, quanto em 2016.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

Assédio moral e sexual leva empresa a pagar indenização de R\$ 30 mil, decide TRT

A Primeira Turma do Tribunal Regional do Trabalho (13ª Região) manteve a decisão do juízo da 4ª Vara do Trabalho de Campina Grande que condenou as empresas Atento Brasil S/A e a Telefônica do Brasil S/A a pagarem uma indenização por danos morais no valor de R\$ 30 mil em face dos assédios moral e sexual a uma ex-funcionária. No entanto, o valor total da condenação foi fixado em R\$ 35 mil incluindo os valores referentes a outros direitos trabalhistas.

Na reclamação trabalhista (Processo nº 0001590-96.2016.5.13.0023), a trabalhadora pleiteou que seu pedido de demissão fosse convertido em rescisão indireta do contrato de trabalho, alegando que fora obrigada a fazê-lo, uma vez que teve sua dignidade afrontada por meio de um gerente da empresa que a constrangeu, bem como invadiu sua privacidade.

A reclamante contou que, de forma desrespeitosa e abusiva, o gerente praticou ato lesivo contra a sua honra, violando sua vida privada e intimidade, gerando excesso desconforto moral, tendo em vista que constantemente se aproveitava da sua função hierarquicamente superior, para tentar manter relação amorosa com ela.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

Oi é condenada por falta de suporte a mulher que teve Facebook invadido pelo ex

Por falta de acesso ao e-mail da operadora, a usuária não conseguiu recuperar a senha da rede social. A Telemar/Oi terá de indenizar em R\$ 3 mil uma usuária que não conseguiu retomar o acesso a suas contas de e-mail e Facebook, que foram invadidas pelo ex-namorado. Para a 26ª câmara Cível do TJ/RJ, houve falha na prestação do serviço.

De acordo com os autos, o então companheiro da autora invadiu seu correio eletrônico e mídia social e alterou as senhas. O homem ainda teria trocado o nome do perfil no Facebook para "Judas Escariotes", além de postar mensagens e fotos ofensivas.

A mulher registrou ocorrência policial e entrou em contato com a Oi pelo "Fale Conosco" solicitando o acesso à sua conta, de modo a permitir que criasse nova senha para recuperar o e-mail e Facebook, mas não teve resposta. Assim, ingressou com ação contra a operadora e contra o Facebook pleiteando, além do acesso, a reparação pelos danos morais que a situação lhe causou.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

Julgado-STJ Divorcio distribuído por dependência ao JVDFM-GE-Família-André

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

Legislativo em Foco

PEC permite que licença-maternidade seja compartilhada entre a mãe e o pai

“A tarefa de cuidar do filho não é exclusiva da mãe, é do pai também” diz Vanessa Grazziotin.

O prazo total da licença-maternidade pode ser compartilhado entre o pai e a mãe da criança. É o que determina uma proposta de emenda à Constituição, apresentada pela senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), em análise na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

A ideia da senadora é possibilitar uma legislação mais adequada às reais necessidades das famílias. A PEC 16/2017 estabelece que haja um acordo entre a mãe e o pai para dividir o período para cuidar do filho recém-nascido ou recém-adotado.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

Governo publica decreto que regulamenta lei contra violência obstétrica em SC

Para evitar diversos tipos de violência pelas quais as gestantes e parturientes passam, que envolvem ofensa verbal e física, **foi sancionada em janeiro deste ano a lei 17.097 contra a violência obstétrica**. Nesta segunda-feira, foi publicado o decreto 1.269 de 18 de agosto **no Diário Oficial de SC** que regulamenta a lei.

De autoria da ex-deputada Ângela Albino, a lei obriga a implantação de medidas de informação e proteção à gestante e parturiente. Dentre elas está a elaboração de uma cartilha pela Secretaria de Saúde de SC sobre os direitos da mãe e do bebê e também a exposição de cartazes sobre o tema em hospitais, unidades de saúde e demais locais de atendimento à gestante. O objetivo é conscientizar as gestantes para que conheçam seus direitos.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

Mulheres não terão mais prazo para denunciar abuso, decide Senado

O plenário da casa aprovou nesta quarta-feira uma PEC que torna o estupro crime imprescritível - a proposta ainda precisa passar pela Câmara

O plenário do Senado aprovou em segundo turno, a proposta de emenda à Constituição que torna imprescritíveis os crimes de **estupro**. O texto, do senador Jorge Viana (PT-AC), foi aprovado por 61 votos favoráveis e nenhum contrário e segue agora para a Câmara dos Deputados.

Com isso, não haverá mais tempo mínimo para que as vítimas desse tipo de crime façam a denúncia à Justiça. Hoje, esse prazo é de 20 anos, após o qual, mesmo que a vítima denuncie, o autor do crime não pode mais responder por ele. A lei atual estabelece que o estupro é crime inafiançável e hediondo, o que agrava a pena e reduz o acesso a benefícios relacionados à execução penal.

Apesar das punições já mais duras, a relatora da matéria, senadora Simone Tebet (PMDB-MS), acredita que a retirada da prescrição será importante especialmente nos casos em que a vítima é criança e só tem condições de denunciar depois de adulta.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Políticas Pública

Machismo é questão de saúde pública, dizem mulheres reunidas em Brasília

A 2ª Conferência Nacional de Saúde Pública das Mulheres termina em Brasília com propostas para melhorar o atendimento para a população feminina do país.

A 2ª Conferência Nacional de Saúde das Mulheres (CNSM) terminou neste domingo (20/8), no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, com uma mensagem clara: machismo mata e adocece, e, por isso, deve ser visto como uma questão de saúde pública. Outro recado dado em alto e bom som pelas 1,8 mil delegadas presentes foi a disposição de cobrar do governo ações concretas que enfrentem o problema e melhorem o atendimento na rede pública para a população feminina.

“Este governo vai ter muita dificuldade com as mulheres”, avisou a responsável pela Comissão de Relatoria da 2ª CNSM, Francisca Valda da Silva, referindo-se ao conjunto de propostas debatidas desde a quinta-feira, quando o ministro da Saúde, Ricardo Barros, abriu o evento sob vaias.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

SP: apenas uma vítima de violência doméstica recebeu auxílio-aluguel no governo Doria

Movimentos denunciam diversas ações de sucateamento de políticas públicas para mulheres ao longo de 2017

Com sete meses recém completados da gestão de João Doria (PSDB) à frente da Prefeitura de São Paulo (SP), apenas uma mulher vítima de violência doméstica foi inclusa no programa de bolsa aluguel da Secretaria Municipal de Habitação (Sehab).

O número é bem menor do que o divulgado por gestões anteriores. No período de janeiro a julho de 2015, 32 mulheres nesta situação passaram a ter acesso ao auxílio, que corresponde a 400 reais mensais. Em 2016, último ano da gestão de Fernando Haddad (PT), 18 mulheres foram inclusas nesse mesmo período. Os dados foram obtidos através da Lei de Acesso à Informação.

Desde 2014, a partir de uma resolução da gestão petista, cidadãs expostas à violência de gênero no ambiente do lar foram inclusas no programa assistencialista da Prefeitura ao lado de outros grupos em situação de marginalidade social. Para que isso ocorresse, a resolução nasceu de um protocolo de cooperação entre a Secretaria Municipal de Políticas para Mulheres e a Secretaria Municipal de Habitação, que visava o direito à habitação digna como um dos pilares da defesa das mulheres previsto pela Lei Maria da Penha.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Vaza manifesto machista de engenheiro do Google contra igualdade de gênero

Sob o título “a bolha ideológica do Google”, o autor afirma que homens e mulheres não têm as mesmas habilidades. Empresa tenta acalmar os ânimos

O Vale do Silício volta a se envergonhar diante de um novo escândalo machista. Depois do colapso no Uber, acusado de assédio sexual e tratamento vexaminoso às mulheres, é a vez de o Google entrar na mira. Durante o fim de semana veio à tona um manifesto de 10 páginas redigido por um de seus engenheiros, com críticas às políticas de igualdade promovidas internamente e ao espírito progressista da empresa de tecnologia.

Sob o título “a bolha ideológica do Google”, o autor afirma que homens e mulheres não têm as mesmas habilidades, inquietações e ambição no campo tecnológico e laboral.

“Os homens tendem a se sentir mais confortáveis quando trabalham com coisas, no lugar de pessoas. Os homens são mais agressivos na hora de atingir certo status, de subir os degraus da liderança corporativa, do que as mulheres que tentam isso e sentem muita ansiedade quando pedem um aumento. Essas diferenças, que estão bem documentadas, não chocam nada quem está familiarizado com a questão”, defende o autor, cujo nome não foi confirmado, apesar das suposições feitas nas redes sociais sobre sua identidade.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Chile avança

Bachelet consegue a descriminalização do aborto em três situações

Com um resultado apertado (seis votos a favor e quatro contas), o Tribunal Constitucional do Chile aprovou a lei que descriminaliza o aborto em três situações: risco de vida da mãe, deformação do feto e estupro. Com esta reforma, na qual a presidenta Michelle Bachelet envolveu-se profundamente, o Chile deixa de pertencer a um reduzido grupo de países que proíbe em qualquer caso a interrupção da gravidez. E é um exemplo a ser seguido por outras nações latino-americanas - El Salvador, Nicarágua, República Dominicana, Haiti e Honduras - que mantêm suas legislações hermeticamente fechadas à descriminalização e punem esta prática com até 40 anos de prisão.

O Chile demorou quase três décadas para reconquistar o direito ao aborto. Desde que a ditadura de Augusto Pinochet o proibiu, em 1989, o caminho foi espinhoso, especialmente por causa da férrea oposição da hierarquia eclesiástica, que não hesitou em atacar uma reforma que coloca o Chile junto ao resto dos países mais avançados na defesa dos direitos das mulheres. A sólida posição da Igreja Católica e suas incansáveis campanhas contra o aborto haviam sido, até agora, um obstáculo insuperável. Considerar, como fez a Conferência Episcopal, que a lei "ofende a consciência e o bem comum dos cidadãos" e ameaçar com excomunhão evidencia a abismal defasagem entre a doutrina católica e a realidade social que, no entanto, segue vigente, infelizmente, em muitos países.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

Tunísia assina nova lei para proteger mulheres contra violência

A Tunísia é vista há muito tempo como país pioneiro no mundo árabe na questão da defesa dos direitos das mulheres, mas o cotidiano de muitas tunisianas ainda é marcado pelo assédio e a violência. Assim, quando na semana passada o Parlamento aprovou uma medida que proíbe a violência contra as mulheres, algumas delas comemoraram o fato com ululações e distribuindo buquês de jasmim.

Com a nova lei torna-se mais fácil processar os responsáveis por violência doméstica, e a medida prevê penas para quem comete assédio sexual em locais públicos. A lei diz que os cidadãos têm o direito de avisar a polícia quando testemunham violência sendo cometida contra mulheres e determina que as escolas ensinem aos alunos sobre direitos humanos. Ela pede ainda que a polícia e os juízes recebam treinamento para prepará-los para lidar com a violência contra mulheres.

A Tunísia já se destacava entre os países islâmicos por seu arsenal de proteções legais para as mulheres. Seu código de status pessoal, adotado em 1956, permite o divórcio e proíbe a poligamia, por exemplo. Mas associações de defesa dos direitos das mulheres e organizações de defesa dos direitos humanos dizem que a nova lei representa um avanço importante, em parte porque é tão ampla, proibindo não apenas a violência física, mas também os maus-tratos psicológicos e até a discriminação econômica.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

Casamentos infantis: Bahia tem 5,5 mil meninas com menos de 15 anos vivendo em uniões conjugais

Convenção da ONU sobre os Direitos da Criança define o casamento infantil como uma união em que uma das partes tem menos de 18 anos. Esse tipo de casamento é reconhecido como uma violação aos direitos humanos

Aos 14 anos, uma adolescente está aprendendo a lidar com equações de segundo grau; talvez com a fórmula de Bhaskara. Aos 15 anos, outras estão sonhando com uma festa de debutante – ou, em alguns casos, com uma excursão à Disney. Não foi assim com Maira, nem com Fernanda. A primeira, aos 14, tinha que equilibrar as contas da casa, cuidar de um bebê e de um marido. Já a outra, aos 15, esquecia parte dos seus sonhos para viver os de outra pessoa.

Por aí, há muitas Mairas e Fernandas. São meninas que deixaram a adolescência para trás por um casamento infantil. Isso mesmo: tecnicamente, elas não são mais crianças, mas toda união que envolve pelo menos uma pessoa com menos de 18 anos é considerada pela comunidade internacional como um ‘casamento infantil’. A definição, que veio da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança (CRC) - assinada e ratificada pelo Brasil em 1990 -, significa mais do que um marco de idade: esse tipo de casamento é reconhecido internacionalmente como uma violação aos direitos humanos.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Demissão após a maternidade: “Não cometi nenhum erro. Eu só gerei uma vida”

Pesquisa aponta que metade das mulheres que engravidam perdem o emprego até dois anos depois da licença-maternidade

Ana Carolina Gaspar, de 34 anos, tinha um cargo de gerência em uma multinacional do setor de varejo quando engravidou de Júlia. Estava havia tempo suficiente na empresa para perceber alguns sinais do machismo cotidiano, como ter que levar água e café para o chefe, a pedido dele, que acreditava que a única mulher da equipe era quem deveria desempenhar a função, conta ela. Mas, logo na primeira dificuldade da gestação, ela afirma ter percebido que a situação de desigualdade na empresa era mais grave do que imaginava. Assim como muitas mulheres que engravidam, passou a ser apartada das funções e a sentir-se assediada, diz.

"Estava com quase três meses de gestação quando tive um diagnóstico de descolamento da placenta e tive que ficar de repouso absoluto. Quando fui autorizada pelo médico a voltar, descobri que eles haviam retirado a minha equipe de mim. Não recebia e-mails, fui mandada para outro andar e fiquei sem função, a ponto de pedir trabalho escondido para os colegas. Ia todos os dias para a empresa chorando, pensando no erro que eu tinha cometido para ser tratada assim. Mas não cometi nenhum erro, eu só gerei uma vida", conta ela. A situação chegou ao limite, diz, quando o bônus da empresa foi distribuído. "Eles falaram que eu havia atingido as metas, que todos estavam felizes com a minha gerência, mas que eu tinha perdido a energia porque tinha engravidado. E, por isso, não merecia receber", relembra. Diante da situação, e da dificuldade em engordar devido ao estresse, Ana Carolina acabou, novamente, afastada pelo médico.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Mais de 30% das mulheres assassinadas em SP foram mortas pelo marido

Ao todo, foram 272 mulheres; 93 foram vítimas de crime cometido pelo companheiro. Nos últimos dois dias, quatro mulheres foram mortas pelos maridos na capital.

Em janeiro a junho deste ano, 272 mulheres foram mortas no estado de São Paulo. Desse total, 93, equivalente a um terço, foram vítimas dos maridos e companheiros, de acordo com dados da Secretaria da Segurança Pública compilados pelo SPTV. Nos últimos dois dias (20 e 21 de agosto), quatro mulheres foram mortas pelos maridos na capital paulista.

(Correção: ao ser publicada, esta reportagem errou ao informar que metade das mulheres foi morta pelo marido, na verdade o número representa cerca de 30% dos casos. O erro foi corrigido às 11h.)

No geral, 83,7% das vítimas de homicídios no estado são homens, 14,1% mulheres e 2,2% não identificados, mas nos casos de homicídios entre casais, 70,1% das vítimas são mulheres, contra 29,9% que são homens. O chamado feminicídio virou qualificadora de crime em 2015 com uma lei sancionada pela então presidente Dilma Rousseff. A prática também entrou no rol dos crimes considerados hediondos.

O SPTV apurou que, só nos últimos três meses, ao menos 19 mulheres foram assassinadas na Grande São Paulo. 11 dos crimes ocorreram na capital e, de acordo com a investigação da polícia, foram motivados por ciúme, traição, disputa pela guarda de filho, gravidez indesejada e porque o parceiro não aceitava a separação. Em um dos casos, um homem alegou que matou duas amigas da esposa porque elas estariam influenciando no relacionamento do casal.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

Mulheres que têm direito ao aborto enfrentam dificuldades no Brasil

Lei autoriza aborto em caso de estupro, risco de vida e feto anencefálico.

Mas quem precisa interromper a gravidez enfrenta diversos problemas.

Em casos de estupro, basta a decisão da mulher para que se tenha acesso ao aborto no Brasil. Segundo uma norma técnica do Ministério da Saúde, o hospital não pode exigir nenhuma autorização judicial, boletim de ocorrência ou exame de corpo de delito para realizar o aborto.

Além dos casos de estupro, a lei autoriza o aborto quando a mãe corre risco de vida na gestação ou quando está grávida de anencefálico. Mas a realidade das mulheres que passam por isso é bem diferente.

A jornalista Marcelle Souza, que trabalha com a revista Galileu, fez um estudo sobre o tema: “Fiz um levantamento de dados de estupro e de aborto no Brasil e percebi que o Acre é o estado com maior proporção de estupros do país e quase não fez aborto nos últimos anos”.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

País registra 10 estupros coletivos por dia; notificações dobram em 5

"Cala a boca, se alguém ouvir sua voz vai saber que é tu", grita um. "Tapa o rosto da novinha", diz o outro. Em vídeo que circulou nas redes sociais, quatro rapazes estupram uma menina de 12 anos em uma comunidade na Baixada Fluminense, no Rio.

A 2.400 km dali, em Uruçuí (sul do Piauí), uma grávida de 15 anos foi estuprada por três adolescentes, e o namorado, morto na sua frente.

Retirada de sua casa em Presidente Epitácio, no interior paulista, uma mulher de 48 anos foi estuprada por quatro rapazes. Eram seus vizinhos.

Em Santo Antônio do Amparo, em Minas Gerais, uma dona de casa de 31 anos foi atacada, estuprada e morta a caminho de casa. Quatro homens confessaram os crimes.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

'Mansplaining' e outras formas muito comuns de machismo no trabalho

No trabalho, quantas vezes você já foi interrompida por um colega ou pelo chefe? Já tentaram te explicar um assunto óbvio ou do qual você é a especialista? Suas ideias já foram roubadas? No meio de uma argumentação, perguntaram se você estava na TPM? Se você disse "sim" para ao menos uma dessas perguntas, já enfrentou o machismo corporativo.

Apesar de reforçar as diferenças de gênero, nem sempre é fácil de identificá-lo no dia a dia. Naturalizado, ele se dá muitas vezes de maneira sutil no trabalho. Porém, se reproduz em larga escala e tem até nomes próprios: **mansplaining, manterrupting, bropropriating, gaslighting**.

Jorgete Leite Lemos, diretora de Diversidade da Associação Brasileira de Recursos Humanos (ABRH-Brasil), diz que comportamentos machistas costumam ser conduzidos por alguns perfis específicos. “Normalmente, são homens que não foram ensinados a dividir tarefas com mulheres, que criticam colegas que ocupam posições vistas como exclusivamente masculinas, que acham que muitas facilitam o assédio”, conta. “É preciso rever esses valores e isso deve começar com quem está no comando das empresas.”

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Mulheres em Movimento

Conheça a InfoPreta: Primeira e única empresa de tecnologia criada por mulheres negras e LGBTs

Buh D'Angelo é fundadora da InfoPreta, empresa precursora da diversidade no universo tecnológico.

"A InfoPreta foi criada para combater esse padrão da sociedade, porque se for analisar as pessoas que trabalham lá, ninguém é padrão."

Uma empresa criada por mulheres negras pensada para negras e minorias. Esta é a proposta da InfoPreta, primeira empresa de reparos e serviços tecnológicos que conta apenas com mulheres negras, LGBT, transexuais e travestis no Brasil.

Para você, pode não significar muita coisa. Mas, acredite, significa muito. A área de Tecnologia da Informação é majoritariamente masculina e heterossexual. Mesmo empresas que, vira e mexe, levantam a bandeira para a diversidade ainda têm problemas quando o assunto é **diversificar a etnia, gênero e orientação sexual de seus funcionários**.

Na sede do Facebook, na Califórnia, Estados Unidos, 33% dos funcionários são mulheres e apenas 2% são negros. No Google, cerca de 30% são mulheres e também 2% são negros.

Mulheres negras, então, os números caem ainda mais. Aqui no Brasil, uma **mulher negra ganha 60% que um homem branco**. De acordo com o IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), em 2015, a média salarial dos homens brancos era de R\$ 2.509,7, enquanto a mulher negra, atrás da mulher branca e homem negro, ganhou uma média de R\$ 1.027,5. "Agora imagine as oportunidades de emprego de uma mulher negra e homossexual", questionou a fundadora do InfoPreta, Bruna D'Angelo, mais conhecida como Buh.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

Alunas e professoras da USP se unem contra a violência de gênero

Coletivos e organizações da Universidade recolhem dados e ampliam o diálogo com instituições de justiça

Tomar uma xícara de chá ou fazer sexo. Ninguém deveria passar por nenhuma das situações contra a própria vontade. A analogia é apresentada no vídeo que deu abertura ao seminário *Enfrentamento à violência de gênero: O desafio da USP*, realizado no dia 10 de agosto pelo Escritório USP Mulheres.

“Consentimento é tudo: ninguém é contra relações sexuais, mas tem que ter consentimento”, resume a professora Eva Alterman Blay, coordenadora do USP Mulheres, logo após a exibição do vídeo.

Parece óbvio, mas não é sempre assim. Por mais que os casos de violência de gênero no ambiente universitário tenham começado a ser debatidos publicamente a partir de abusos praticados em festas e trotes, as mulheres da academia estão deixando cada vez mais claro que as opressões não se limitam a esses ambientes.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

Mulheres cobram centro de apoio contra violência em Mauá

A mulher que sofre violência fora do horário comercial ou no fim de semana encontrará a Delegacia da Mulher de portas fechadas em Mauá, na Grande São Paulo.

A deficiência de políticas públicas para atender essas ocorrências motivou o Movimento Olga Benario a ocupar um imóvel abandonado no centro do município para reivindicar a criação de um Centro de Referência.

Abandonada há 20 anos, a casa que foi ocupada é um espaço de valor histórico para a cidade, onde foram feitas as reuniões para a emancipação do município que, antes, pertencia a Santo André.

“Encontramos o espaço muito sujo, com o teto caindo e deteriorado. A GCM disse que usuários de drogas e moradores de rua também ficaram aqui”, comenta Rafaela Carvalho, 28, participante do Movimento Olga Benario e moradora de Santo André.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Opinião

"A mulher negra no Brasil ainda tem que firmar um lugar diferente da escrava trabalhando na casa grande", diz Jurema Werneck

Em entrevista para o Não Me Kahlo, diretora executiva da Anistia Internacional no Brasil falou sobre a importância do Dia da Mulher Negra Latina Caribenha

Você sabia que em 25 de julho é celebrado o Dia da Mulher Negra Latina Caribenha? Pois é! Criada em 1992 a partir do movimento dessas mulheres, a data foi oficializada apenas em 2014 pela Câmara dos Deputados e hoje faz parte oficialmente do calendário comemorativo brasileiro, ainda que muita gente não saiba disso.

O dia homenageia também Tereza de Benguela, uma líder quilombola mato-grossense que é símbolo da resistência negra no Brasil colonial. A mulher, que viveu no século XVIII, foi companheira de José Piolho – chefe do Quilombo do Quariterê – nos arredores de Vila Bela da Santíssima Trindade, no Mato Grosso.

Com a morte do seu companheiro, Tereza assumiu o comando da comunidade e liderou levantes de negros e índios em busca da liberdade. Ainda assim, nem todos sabem da importância dessa figura, apesar dela ser comparada ao líder negro Zumbi dos Palmares, a “Rainha do Pantanal” do período colonial.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

A disparidade entre maternidade e paternidade: Conceito e Expectativa Social

É preciso muito pouco para ser considerado um paizão. E é preciso muito pouco para ser considerada uma mãe de m**da.

Minha timeline está cheia de feministas e mulheres em geral indignadas com a matéria de Dia dos Pais da Folha de S.Paulo e fui ver do que se trata, pensando que fosse mais uma polêmica sobre homens da poha que não fazem mais do que sua obrigação. Preparada a fazer jus ao recente título de biscoteira que recebi por este post aqui, qual não foi minha surpresa, ao entrar no link da matéria e me deparar com a seguinte headline:

"Está pensando que a vida dos pais é só trabalho e cuidar da cria? Eles também batalham para colocar em prática seus hobbies, como cruzar oceanos atrás de um show de heavy metal, fazer longas caminhadas pelo Nepal e guardar uns minutinhos para desfrutar do jardim."

Hummmm.... Olha, não! Eu realmente não estava pensando isso! Aliás, alguém no mundo pensa?

Fiquei impactada com essa chamada dramática para conhecermos as histórias de Jota, [Jair, o motorizado](#), [Sandro, o veloz](#), [Rodrigo, o guardião das plantas](#) e [Wilson, o planejador](#) e estou bem disposta a arriscar um palpiteo beeeem grande de que a repórter que co-assina essa matéria não é mãe.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

“A caça às bruxas nunca terminou, mas as mulheres também nunca deixaram de resistir”, frisa feminista Silvia Federici

A feminista e historiadora italiana Silvia Federici esteve recentemente no Brasil, debatendo as formas particulares de discriminação e exploração das mulheres no capitalismo, as lutas feministas contemporâneas e a construção de novos paradigmas – mais coletivos – de sociedade.

A visita aconteceu entre os dias 16 e 23 de julho, motivada pelo lançamento da versão impressa de seu livro *Calibã e a Bruxa – mulheres, corpo e acumulação primitiva*, traduzido pelo Coletivo Sycorax e publicado pela Editora Elefante, com apoio da Fundação Rosa Luxemburgo. Em atividades realizadas no centro e também nas periferias de São Paulo e do Rio de Janeiro, Silvia Federici, de 75 anos, fala de sua obra e relaciona a pesquisa histórica que fez para a publicação com os temas atuais da condição das mulheres.

Silvia Federici define o *Calibã e a Bruxa* como um livro histórico e ao mesmo tempo político. “Ele foi gerado em um contexto político específico, que tem a ver com meu ativismo nos anos 1960 e com a busca pelas causas das formas específicas de opressão que as mulheres sofrem no capitalismo”, explicou durante uma das atividades em São Paulo, que reuniu dezenas de pessoas no centro da cidade.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

Agenda Cultural

Peça sobre abusos a mulheres alterna memórias e desabafos

Dora quer trocar de nome. Ou melhor, quer tirar o sobrenome que herdou da família paterna. Não que ache feio o Beute, de origem alemã. É que, depois de presenciar uma cena de abuso num ônibus, começa a ter consciência do abuso que ela mesma sofria de seu pai durante a infância.

As memórias da professora de literatura Dora (interpretada por Lucienne Guedes) e as histórias de mulheres que sofreram abuso guiam "Enquanto Ela Dormia", espetáculo que estreia nesta semana com direção de Eliana Monteiro (do Teatro da Vertigem) e texto de Carol Pitzer, criado dentro do núcleo de dramaturgia do Sesi-British Council.

Enquanto remói as lembranças do abuso ("você já teve a sensação de que a sua memória não é sua? Tem alguma coisa errada, você não sabe o que é, mas tem alguma coisa errada"), a personagem tenta na Justiça a troca de nome.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

Ícone do feminismo, Gloria Steinem fala sobre sua biografia lançada agora no Brasil

Aos 83 anos, a jornalista e ativista lança 'Minha Vida na Estrada' e fala sobre a situação da mulher hoje, Donald Trump e sobre como criar uma geração mais igualitária

Quando a americana Gloria Steinem aderiu à luta pelos direitos humanos e, sobretudo, pela causa feminista, a expressão violência doméstica não existia. Era como se aquilo fizesse parte da vida e ponto. A jornalista que se disfarçou de Coelhinha da Playboy para escrever sobre o famoso clube masculino; que estava no Lincoln Memorial, em 1963, quando Martin Luther King fez o histórico discurso 'Eu tenho um sonho'; que ouviu Gay Talese fazer um comentário machista sobre ela a Saul Bellow quando estavam os três num táxi e ela tinha acabado de contar sobre uma entrevista que faria com Bobby Kennedy; que fundou a importante revista *Ms.* em 1971; e que voltou a marchar em Washington em março deste ano, com milhares de outras mulheres – e, desta vez, ela mesma fez um discurso –, viu muita coisa acontecer nas últimas seis décadas de ativismo.

Nesses anos todos, Gloria escolheu a estrada – uma paixão que remete à infância e a seu pai. Onde quer que solicitem sua presença, sua voz, ou se uma questão lhe causa revolta, lá está ela. É essa história – a história de uma incansável mulher – que ela conta em *Minha Vida na Estrada*. O livro é dedicado ao médico que fez um aborto em Gloria, quando isso ainda era proibido na Inglaterra, e a fez prometer, aos 22, que faria o que quisesse com sua vida. Aos 83, ela falou ao **Estado**, por telefone, de Nova York – para onde volta ao final de suas andanças.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

“O Estranho que Nós Amamos”: Livro é muito mais feminista do que remake de Coppola

A diretora suprimiu personagens, modificou características importantes e fracassou em oferecer uma perspectiva feminina.

O *Estranho que Nós Amamos* é excelente. O livro, não o filme. Publicado em 1966, foi adaptado para o cinema em 1971 por Don Siegel, com Clint Eastwood no elenco. O *remake* estreou em Cannes, garantiu a Sofia Coppola o prêmio de direção e ajudou a premiar Nicole Kidman.

Em coletiva, Coppola disse que queria contar essa história sob a perspectiva das personagens femininas. E oferecer uma visão nova a Siegel e, possivelmente, à obra de Thomas P. Cullinan.

Acho que nunca esperei tanto para ver um filme. O argumento era ótimo: uma escola para meninas no sul dos Estados Unidos, em plena guerra civil americana. Um soldado inimigo, temporariamente incapacitado, é acolhido pelo grupo, formado por meninas adolescentes e algumas mulheres maduras.

O livro entrega tudo isso e mais, pois cada uma das mulheres tem a chance de contar a sua história (a tal da perspectiva feminina que Coppola queria).

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

[O Boletim eletrônico do NUDEM: Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher](#) destina-se à comunicação interna da Defensoria Pública do Estado de São Paulo e seus parceiros. Produzido pelo Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher em parceria com a Coordenadoria de Comunicação Social e Assessoria de Imprensa. Para mais informações, contate nucleo.mulher@defensoria.sp.gov.br

Atenciosamente,

Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher (NUDEM)

Rua Boa Vista, nº 103, 4 º andar, Centro

Tel.: (11) 3101 0155 ramais 233

Cep:01014-001 São Paulo, SP

Home page: www.defensoria.sp.gov.br

E-mail: nucleo.mulher@defensoria.sp.def.br